

ISSN: 2319-0124

ATENDIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: desafios e perspectivas do NAPNE

Hellen N. A. CORDEIRO¹; Reginaldo A. SILVA²

RESUMO

A prática inclusiva na instituição de ensino é um desenvolvimento recente configurando um novo cenário que demanda, além do desenvolvimento de políticas de apoio, um aprofundamento na reflexão sobre a educação menos excludente. O presente trabalho analisa, com base na revisão bibliográfica dos bancos de dados e documentos legais, informações que compartilham da mesma inquietude, na perspectiva de inclusão, e de como os desafios do cotidiano do AEE, em atendimento a alunos com NEE, são vencidos nos núcleos de apoio. Com resultados significativos, quanto à dinâmica de atendimentos desse público-alvo, mesmo com limitações que dificultam o processo educacional, os envolvidos, com habilidades e competências pedagógicas, driblam vicissitudes no intuito de amenizar a exclusão socioeducacional. Há ainda um longo caminho a ser percorrido à plena educação inclusiva e, para proporcionar a efetiva inclusão, como descrita nos documentos legais, dentre muitos preceitos, o reforço das políticas de inclusão, a formação docente continuada e a postura institucional, que suprima a discriminação e o preconceito, deve ocorrer sem demora.

Palavras-chave: Acessibilidade, Educação Inclusiva; Instituição de Ensino; Formação Pedagógica. NEE.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) na sociedade contemporânea representa um desafio desde a educação infantil até a educação no ensino superior. Nesse sentido, para que pessoas com deficiência e NEE tenham um acesso igualitário ao conhecimento, as instituições devem implementar ações eficientes e planejadas para promover uma educação de qualidade, possibilitando um processo de ensino e aprendizagem que busca cumprir com as necessidades de conhecimento dos sujeitos. Oliveira (2011) salienta que o ensino superior nas sociedades contemporâneas é o principal instrumento de transmissão da experiência cultural, científica e tecnológica produzida pela espécie humana e a força motriz responsável pelo desenvolvimento econômico.

A educação inclusiva, na visão atual, segue pautada por diferentes formas, baseada na igualdade e a diferença como valores essenciais. A ideia da deficiência como um único viés norteador para entender e definir um espaço como inclusivo, não deve mais restringir-se a esse conceito, principalmente quando os sujeitos estão inseridos nesse contexto e podem apresentar dificuldades

¹ Professora de AEE no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE do IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: helen.narciso@ifsuldeminas.edu.br.

² Professor e Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais - Libras, IFSULDEMINAS – *Campus* Inconfidentes. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

distintas. “A educação de alunos com NEE pode ser **definida** como o atendimento educacional” dado aos que apresentam um *déficit* no processo de ensino-aprendizagem, devido ao prejuízo educacional que lhes foram tirados por conta de suas especificidades, e não tiveram respeitadas as suas potencialidades e capacidades (GONZÁLEZ *et al.*, 2007 – grifo nosso).

Nesse contexto, a ideia de inclusão como um sinônimo de respeito, aceitação e tolerância do outro, possibilita ao aluno enxergar-se com um sujeito de potencialidades plenamente capaz de (com)viver plenamente na/em sociedade. A importância que o espaço acadêmico representa socialmente, principalmente como um centro de produção, mediação e disseminação do conhecimento, é a promoção de um espaço democrático e coletivo de aprendizagem. De acordo com Veiga-Neto e Lopes (2007 p. 948), “é importante discutir a inclusão na medida” para abrir oportunidades de “problematizar várias questões sociais, culturais, políticas e pedagógicas”. O presente trabalho teve como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, os desafios e perspectivas da inclusão de pessoas com NEE em instituição de Ensino Superior.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O caminho da educação inclusiva no Brasil, na construção de um sistema educacional mais inclusivo, teve seu advento com a adoção da Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência Mundial da Unesco na década de 90, juntamente ao signatário da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reafirmando o compromisso com questões voltadas à inclusão na educação. Desde então, seguiu-se um processo de grandes transformações no sistema educacional brasileiro, o que culminou em mudanças na legislação, principalmente no Brasil. A inclusão e o atendimento especializado para alunos com NEE é um direito garantido e representa o reconhecimento de suas capacidades e habilidades. A história demonstra que por um longo período, a sociedade restringiu a educação e os direitos dos sujeitos, excluindo-os por conta das suas necessidades específicas e apenas recentemente estão tendo seus direitos reconhecidos.

Conforme prescrito pela LDB, há a garantia de vagas na educação regular para pessoas com NEE, desde a educação infantil, e também contempla a oferta de vagas disponibilizadas pelos governos em escolas especiais em instituições privadas, em casos que necessitem de um ensino especializado (BRASIL, 1996). Um programa de apoio à pessoa com NEE, conforme apresenta a Resolução do Conselho Superior nº 68/20, viabiliza “condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos e processos” e é responsável por oferecer suporte às necessidades específicas dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades (MINAS GERAIS, 2020). Este programa faz parte das mudanças recentes no contexto da educação inclusiva, e está presente em diversos estados do Brasil, como Núcleo de Atendimento às

pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), inseridos nos Institutos Federais.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho está configurado em um estudo de caráter de revisão bibliográfica, uma metodologia que possibilita a identificação de tendências, recorrentes e lacunas no campo de conhecimento investigado, a partir de produções científicas existentes. Com base em documentos legais, esta revisão busca responder alguns questionamentos, inquietantes, para identificar as ações que são tomadas a esse contexto (SEKKEL, 2003; SILVEIRA; NEVES, 2006), esses são: quais as perspectivas em relação à inclusão das pessoas com NEE, tanto no que tange as ações inclusivas presentes nos espaços educacionais quanto pedagógicas na rede de ensino? Quais os desafios enfrentados por esse público-alvo no sistema educacional brasileiro? Lançou-se mão dos bancos de dados, como Google Acadêmico e *Scielo*, para coletar informações que compartilham da mesma inquietação e de como os desafios e as perspectivas são vencidas no cotidiano dos Napne's.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A prática inclusiva no Ensino Superior é um progresso recente, consequência da ampliação do acesso dos alunos na educação básica. Porém, vale ressaltar que a sua presença em sala de aula não significa uma participação escolar e uma aprendizagem de conteúdo efetiva. Sekkel (2003) salienta a necessidade de um ambiente inclusivo fundado no compromisso com os valores humanos e articulado coletivamente, em que o professor possa expor os seus receios, limites e necessidades. O corpo docente representa também um pilar fundamental, pois é o professor que experiencia a inclusão mais de perto, na convivência diária com os alunos nas aulas, se depara com situações complexas que, sem a presença de um apoio pedagógico, pode dificultar a prática do educador.

À inserção do sujeito no ensino superior, deve-se pensar, *a priori*, na sua efetiva participação e no seu bem-estar nesse processo de ensino. Contudo, é necessário levar em conta o seu esforço e empenho no interesse e disposição para aprender. As adaptações das atividades a serem realizadas, primariamente, devem ser realizadas pelos regentes responsáveis das disciplinas, sem perspectiva capacitista ou filantrópica.

Nos dados coletados, foram encontrados resultados significativos quanto à dinâmica de atendimentos desse público-alvo. Ainda que haja limitações temporais, materiais, arquitetônicas e linguísticas, as habilidades e competências dos envolvidos driblam as dificuldades, amenizando assim os impactos de uma exclusão socioeducacional. É fato que a formação de futuros docentes deva estar voltada à educação inclusiva, com viés pedagógico e que respeita as singularidades e especificidades de cada sujeito. Ao envolver-se na educação, seu papel é crucial para romper barreiras de exclusão,

porém, ainda é bem insipiente, no Brasil, a formação docente nessa perspectiva, que o subsidie e edifique práticas pedagógicas que estimulem autonomia, criatividade e ampliação das competências desses alunos. Um caminho possível, para amenizar a exclusão e proporcionar a efetiva inclusão, como descrita nos documentos legais, é o reforço das políticas de inclusão que tratem de um ponto de vista democrático, da formação continuada, da infraestrutura do ambiente educacional e da postura institucional, que suprima a discriminação e o preconceito.

5. CONCLUSÕES

Há um novo desafio para a educação brasileira que necessita de uma série de mudanças nas instituições. As mudanças configuram um trabalho de conscientização, mobilização, que possibilita a realização de ações a respeito da valorização da diversidade como elemento enriquecedor para aprendizagem. A solidificação de um espaço inclusivo e democrático no ambiente escolar, ou qualquer que seja o seu nível, vai além de uma ação padronizada. Pelo contrário, deve-se buscar que a inclusão se faça a partir do reconhecimento das diferenças e experiências, além da promoção reflexiva da prática educativa, estabelecer uma didática inclusiva é respeitar as especificidades de cada sujeito e promover o seu desenvolvimento e aprendizagem, superando assim, com autonomia, os desafios impostos. Há ainda um longo caminho a ser percorrido à plena educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3q9xNcB>. Acesso em: 25 mar. 2018.

GONZÁLEZ, E. *et al.* **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre: Artmed, 2007. 440p.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 68, de 15 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE do IFSULDEMINAS. Disponível em: <https://bit.ly/3wUtlSI>. Acesso em: 25 ago. 2022.

OLIVEIRA, A. S. S. **Alunos com deficiência no ensino superior**: subsídios para a política de inclusão da Unimontes. Tese (Doutorado em Educação Especial). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3B64bmG>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SEKKEL, M. C. **A Construção de um ambiente inclusivo na educação infantil**: relato e reflexão sobre uma experiência. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3D5M16b>. Acesso em: 01 set. 2022.

SILVEIRA, F.F.; NEVES, M. M. B. J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-86, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3ehflw4>. Acesso em: 25 ago. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** – sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3fWknPj>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. *In*: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.